

Estudo Técnico Preliminar 169/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 2023/09/13319

2. Descrição da necessidade

O Município de Paraíba do Sul, ciente da importância de manter uma gestão financeira eficiente e transparente, especialmente no que tange às obrigações financeiras inerentes à folha de pagamento dos servidores públicos, tanto ativos quanto inativos, vem, por meio deste, instruir o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), a fim de garantir que os processos financeiros conduzidos pela municipalidade tenham o rigor essencial para o cumprimento das obrigações legais e assegurem a continuidade e qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

Para tanto, adotar uma administração financeira adequada da folha de pagamento apresenta-se como um pilar fundamental para o funcionamento regular do município no que diz respeito à gestão financeira.

Outrossim, garantir a pontualidade e a precisão nos pagamentos é não apenas uma exigência legal, mas também uma questão de justiça e respeito para com os servidores públicos, cujas contribuições são vitais para a operação dos serviços municipais.

Assim, demonstrar a valorização dos servidores públicos é uma consequência direta de uma gestão financeira eficaz. A promoção do pagamento salarial de forma pontual e correta é um elemento essencial para a motivação e bem-estar dos funcionários, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados.

Sob a perspectiva da gestão municipal, vislumbra-se que uma administração eficiente e isenta de atrasos seja garantida por meio da adoção de soluções especializadas. Tais soluções devem oferecer suporte integral ao gerenciamento das informações financeiras, assegurando precisão e agilidade nos processos. Além disso, a implementação de sistemas avançados e integrados permitirá uma administração financeira mais eficaz, garantindo que a folha de pagamento dos servidores públicos de Paraíba do Sul seja gerida com a prioridade e competência necessárias para o bom funcionamento da administração municipal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Planejamento e Fazenda	Lucas Seixas Cabral

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Padrões Mínimos de Qualidade

A gestão financeira do município deve atender a critérios rigorosos de qualidade para garantir eficiência, transparência e conformidade em todas as suas operações. A pontualidade é crucial, não apenas para a folha de pagamento dos servidores, mas também para todos os compromissos financeiros do município. É imperativo que todos os pagamentos, sejam eles de salários, fornecedores ou outros credores, sejam efetuados dentro dos prazos estabelecidos, sem atrasos, assegurando a conformidade com as obrigações legais e a manutenção da credibilidade financeira do município. Para isso, processos de monitoramento devem ser implementados para gerenciar os prazos e corrigir eventuais atrasos de forma proativa.

A segurança da informação financeira é um ponto fundamental, exigindo que todas as informações, incluindo dados fiscais, orçamentários e de transações financeiras, sejam protegidas contra acessos não autorizados e vazamentos de dados. Medidas robustas de segurança, como criptografia e autenticação, devem ser utilizadas para proteger esses dados sensíveis, garantindo a integridade e confidencialidade das informações financeiras.

A transparência e comunicação financeira são igualmente importantes. Relatórios claros e acessíveis sobre todas as transações financeiras do município devem ser fornecidos para os gestores e partes interessadas, detalhando receitas, despesas, pagamentos e investimentos.

Além disso, a garantia de um serviço de atendimento eficiente, que deverá estar disponível para resolver questões relacionadas à gestão financeira de forma rápida e eficaz, para os servidores e para a Secretaria de Fazenda do Município de Paraíba do Sul.

Utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização

A administração pública municipal não utilizou o Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, visto que, até a presente data, as especificações técnicas para os serviços são únicas e não estão contempladas em catálogo. Destarte, destaca-se que o Município de Paraíba do Sul não dispõe de catálogo próprio, adotando as disposições do Poder Executivo Federal para a sua padronização, com fulcro no art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021.

Crítérios e Práticas de Sustentabilidade

A contratada deverá, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União.

Em parâmetros gerais, a sustentabilidade passou por diversos avanços, e baseado no nosso futuro em comum, que foi um dos eventos, de maior impacto e que apresentou a importância de conservação dos recursos naturais do planeta. Da mesma forma, esse relatório apresentou importantes contribuições como o conceito do desenvolvimento sustentável e o pensamento de que os recursos da terra são limitados e que existem gerações futuras (filhos e netos) que dependeram das atitudes das gerações atuais, o que acentuou o debate dessas questões.

A evolução da sustentabilidade também pode ser dividida em três etapas, a primeira que corresponde o período de (1987-1997) que com base nas ideias apresentadas pelo nosso futuro comum, passou a ser tratada como prioridade por nações ao redor do mundo, na sua segunda fase (1998 – 2002) essa preocupação passou a ser das pessoas e das instituições, posterior a isso até os dias atuais a sustentabilidade passou a ser do interesse tanto das nações, como das instituições e da sociedade como um todo, representando assim a relevância da temática (Leal Filho, 2011).

Nesse sentido, para o desenvolvimento da sustentabilidade, o 1º e o 2º setores, possuem um papel fundamental, seja na adoção de práticas sustentáveis quanto no engajamento dos servidores, população e fornecedores. Com base nesse pensamento, um empresário Norte Americano chamado John Elkington, criou o tripé da sustentabilidade, este permitia analisar o papel da sustentabilidade nos negócios, no qual defendia que era necessário que empresas entendessem e respeitassem o equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e econômicas, refletindo esses três fatores em seus resultados (Elkington, 1999).

1. Promover o desenvolvimento econômico para as ME e EPPs, conforme LC 123/06, Art. 48;
2. A solução encontrada nesse estudo deverá observar as prerrogativas sociais indispensáveis à dignidade da vida humana, bem como a inclusão social e igualdade entre homens e mulheres.

5. Levantamento de Mercado

Das Soluções Mercadológicas

Solução nº 01 - Credenciamento de Instituições Financeiras para Gestão Financeira da Folha de Servidores

O credenciamento de instituições financeiras para gerenciar a folha de pagamento dos servidores. Esse modelo permitiria que o município estabelecesse a possibilidade de transação com várias instituições bancárias, cada uma especializada em diferentes áreas financeiras, como gestão de contas, investimentos e empréstimos.

O credenciamento envolveria um processo seletivo rigoroso para garantir que apenas instituições com solidez financeira e reputação estabelecida fossem escolhidas. A administração municipal precisaria definir critérios claros, não apenas para o gerenciamento da folha, mas também para a gestão de outros aspectos financeiros.

Do ponto de vista gerencial, a administração precisaria coordenar os contratos com as instituições financeiras, assegurando que elas cumpram todas as obrigações acordadas, incluindo a conformidade com Acordos de Nível de Serviço (SLAs). Essa coordenação garantiria que as instituições bancárias oferecessem um serviço eficiente e seguro, tanto para os servidores quanto para a administração pública.

A fiscalização incluiria auditorias regulares e acompanhamento contínuo das operações financeiras realizadas pelas instituições credenciadas. A administração municipal precisaria resolver problemas e gerenciar reclamações, garantindo a qualidade e uniformidade dos serviços prestados.

Outrossim, essa solução oferece flexibilidade, permitindo que o município aproveite a expertise de várias instituições financeiras e disponibilize aos servidores a possibilidade de escolher em qual instituição receberão seus salários.

Solução nº 02 - Outsourcing Completo da Gestão Financeira e da Folha de Pagamento

A terceirização completa das atividades de gestão financeira, incluindo a folha de pagamento, poderia representar uma solução eficiente para o município. Ao optar por essa solução, a administração transferiria todas as atividades financeiras para uma empresa especializada, que assumiria a responsabilidade desde o processamento da folha até a gestão de contas, pagamentos de fornecedores e outras obrigações financeiras.

Essa solução reduziria a necessidade de uma equipe interna dedicada à gestão financeira, permitindo que o município se concentre em atividades estratégicas. No entanto, uma equipe reduzida seria necessária para supervisionar o contrato e garantir a conformidade com as políticas municipais.

Do ponto de vista gerencial, a administração teria que focar na gestão do contrato com a empresa terceirizada, estabelecendo mecanismos de controle detalhados para assegurar a qualidade e a conformidade dos serviços prestados. A gestão de problemas e a resolução de questões críticas seriam fundamentais para o sucesso dessa solução.

A fiscalização envolveria auditorias regulares e o acompanhamento de relatórios de desempenho para garantir que a empresa terceirizada esteja cumprindo todas as exigências legais e operacionais. A administração municipal precisaria monitorar as operações para garantir a eficácia e a conformidade.

Solução nº 03 - Criação de um Banco Municipal para Gestão Financeira Integrada

A criação de um banco municipal seria uma solução ambiciosa e inovadora, capaz de transformar a gestão financeira do município. Esse banco, gerido diretamente pelo município, não apenas processaria os pagamentos dos servidores, mas também gerenciaría outras operações financeiras, como arrecadação de tributos, investimentos e concessão de crédito para a comunidade local.

Essa solução exigiria a formação de uma equipe altamente qualificada, incluindo especialistas em finanças, operações bancárias, tecnologia da informação, compliance e recursos humanos. A contratação de gestores com experiência em instituições financeiras e uma equipe jurídica robusta seria essencial para garantir a conformidade regulatória e o sucesso da operação.

Do ponto de vista gerencial, a criação do banco demandaria um planejamento estratégico detalhado e uma governança eficiente para supervisionar as atividades bancárias. A administração teria que estabelecer uma estrutura de governança para garantir a segurança financeira e a conformidade com as normas vigentes.

No que perpassa a fiscalização, identifica-se que a mesma teria que tomar bases extremamente rigorosas, com a realização de auditorias internas e externas para garantir a conformidade regulatória e a segurança das operações financeiras. A administração precisaria monitorar de perto as operações do banco para assegurar que ele atenda às necessidades do município e da comunidade.

Solução nº 04 - Prestação de Serviços de Atividades Bancárias

A adoção da terceirização das atividades bancárias vinculadas a folha de pagamento pode representar uma solução vantajosa para o município, oferecendo um equilíbrio entre controle e eficiência. Ao permitir que uma instituição financeira específica gerencie as transações bancárias, o município tem a oportunidade de consolidar sua relação com essa instituição, mantendo suas operações financeiras centralizadas em um único banco.

Essa centralização não apenas facilita o gerenciamento financeiro do município, como também oferece uma perspectiva de receita. A permanência da folha de pagamento dos servidores em uma única instituição traz uma série de benefícios operacionais, como maior segurança nas transações, redução de falhas e atrasos, e uma administração mais eficiente dos recursos financeiros municipais.

Para além disso, possibilita condições mais vantajosas com o banco, dado o volume significativo de recursos que o município movimenta mensalmente com a folha de pagamento dos servidores.

Manter uma conta vinculada à folha de pagamento dos servidores em uma instituição financeira específica não só garante a continuidade das operações, mas também trás a possibilidade de ganho de capital para a administração. Ao assegurar que os recursos do município permaneçam em uma instituição financeira sólida e confiável, o município não só promove a estabilidade financeira, como também explora oportunidades para potencializar suas operações financeiras em longo prazo.

Da Pesquisa de Mercado

Solução nº 01 - Credenciamento de Instituições Financeiras para Gestão Financeira da Folha de Servidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBACURI - Itambacuri/MG - Credenciamento – R\$ 10.000,00 por credenciado

Procedimento instruído para o credenciamento de instituições financeiras que serão escolhidas pelos servidores municipais para o recebimento de seus vencimentos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA CENTRALIZAR E PROCESSAR OS CRÉDITOS DE FOLHA DE PAGAMENTO DE TODOS OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, SEM ÔNUS PARA A CONTRATANTE;

Contratação por Credenciamento: o Edital estipula que cada instituição credenciada deverá realizar um investimento anual de, no mínimo, R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em atividades culturais, sociais, educacionais etc. revestidos ao Município de Itambacuri;

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/18404855000143/2024/20>.

 Credenciamento - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBACURI

ID: 39127

Processo: 0018/2024

Credenciamento: 003/2024

Presidente da Comissão de Licitação / Agente de Contratação:

ISAAC KNUPFER

SCOFIELD

Data inicial: 20/08/2024 - 00:00

Publicação na plataforma: 19/08/2024 - 10:58

Data final: 31/12/2024 - 23:59

Descrição do Objeto:

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA CENTRALIZAR E PROCESSAR OS CRÉDITOS DE FOLHA DE PAGAMENTO DE TODOS OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, SEM ÔNUS PARA A CONTRATANTE

Segmentos:

Credenciamento de Serviços Bancários

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA - Pontalinda/SP - Credenciamento – R\$ 400.000,00

Objeto: Contratação de instituição financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos, contratados, comissionados, agentes políticos e estagiários, lançados em contas salário individuais ou conta corrente, seja o recebimento de vencimentos, salário, subsídios e proventos, da Prefeitura Municipal de Pontalinda e do Instituto de Previdência Municipal (IPREM), em caráter de exclusividade, respeitado o princípio da portabilidade das contas, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente da Prefeitura, com a concessão de uso de espaço físico no paço municipal para a instalação de terminal de auto atendimento (Caixa Eletrônico);

Contratação por Credenciamento: o critério de julgamento do edital é o MAIOR LANCE ou OFERTA para o Credenciamento, iniciando no valor mínimo de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) de receita para o município de Pontalinda/SP;

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/65712077000130/2024/15>.

Edital nº 14/2024

Acessar Contratação

Última atualização 20/08/2024

Local: Pontalinda/SP **Órgão:** MUNICIPIO DE PONTALINDA **Unidade compradora:** 1 - MUNICIPIO DE PONTALINDA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 20/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 26/07/2024 10:15 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 20/08/2024 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 65712077000130-1-000015/2024 **Fonte:** BLL Compras

Objeto:

Contratação de instituição financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos, contratados, comissionados, agentes políticos e estagiários, lançados em contas salário individuais ou conta corrente, seja o recebimento de vencimentos, salário, subsídios e proventos, da Prefeitura Municipal de Pontalinda e do Instituto de Previdência Municipal (IPREM), em caráter de exclusividade, respeitado o princípio

VALOR TOTAL ESTIMADO
DA COMPRA

R\$ 400.000,00

Solução nº 02 - Outsourcing Completo da Gestão Financeira e da Folha de Pagamento**CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - Brasília/DF - Pregão Eletrônico – R\$ 5.505.536,76**

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada de terceirização de Apoio Técnico Especializado TIC, também conhecido no mercado por (BPO), sendo dimensionados por postos de trabalho e com pagamento vinculado a resultados produzidos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos;

Contratação por Pregão: o critério de julgamento é o MENOR PREÇO. O edital teve a homologado da despesa no valor de R\$ 4.884.900,00;

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/33618570000107/2023/74>.

Edital nº 00017/2023

Acessar Contratação

Última atualização 07/12/2023

Local: Brasília/DF **Órgão:** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE **Unidade compradora:** 383500 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto-Fechado **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 07/12/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 07/12/2023 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 21/12/2023 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 33618570000107-1-000074/2023 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de empresa especializada de terceirização de Apoio Técnico Especializado TIC, também conhecido no mercado por Business Process Outsourcing (BPO), sendo dimensionados por postos de trabalho e com pagamento vinculado a resultados produzidos.

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=38350005000172023>

VALOR TOTAL ESTIMADO
DA COMPRA

R\$ 5.505.536,76

VALOR TOTAL
HOMOLOGADO DA
COMPRA

R\$ 4.884.900,00

Solução nº 03 - Criação de um Banco Municipal para Gestão Financeira Integrada**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - Salvador/ BA - Projetos de Lei - Sem valor estimado**

Não foi possível identificar soluções semelhantes no PNCP. Entretanto, a página Bahia Economia, apresentou a intenção de inovação do Município de Salvador no ano de 2021, com relação a adoção desta estratégia que, através da criação da Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador (CDEMS), uma empresa de sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda e um Plano Integrado de Concessões e Parcerias do Salvador, otimizaria recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários, bem como auxiliaria na administração do pagamento de dívidas do Município, a empresa teria a função de titularizar, administrar e explorar economicamente ativos municipais; criar fundos de investimento, fundos de investimento imobiliário, fundos de investimentos em direitos creditórios; estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade.

Não foi possível identificar a continuidade do projeto.

Fonte: <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2021/09/20/projeto-de-bruno-reis-que-cria-banco-municipal-chega-a-camara/>

Solução nº 04 - Prestação de Serviços de Atividades Bancárias

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA - Barra Mansa/ RJ - Pregão Presencial - R\$ 7.500.000,00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, COM EXCLUSIVIDADE O CRÉDITO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA E SERVIÇOS INDIRETOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Contratação por Pregão: o critério de julgamento do edital é o MAIOR LANCE ou OFERTA, iniciando no valor mínimo de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) de receita para o município de Barra Mansa/ RJ.

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/28695658000184/2024/90>.

Edital nº 75/2024

Acessar Contratação

Última atualização 18/07/2024

Local: Barra Mansa/RJ

Órgão: MUNICIPIO DE BARRA MANSA

Unidade compradora: 6205 - Prefeitura Municipal de Barra Mansa

Modalidade da contratação: Pregão - Presencial

Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de Disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 18/07/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 02/08/2024 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 02/08/2024 09:01 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 28695658000184-1-000090/2024

Fonte: Coplan - Consultoria E Planejamento Eireli

Justificativa da Modalidade Presencial:

FOLHA 269 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 5834/2023

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, COM EXCLUSIVIDADE O CRÉDITO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 1.000,00

Da Melhor Solução Mercadológica

A adoção da Solução nº 04 - Prestação de Serviços de Atividades Bancárias se destaca como a opção mais vantajosa para o município, pois, além de oferecer a possibilidade de geração de receita, proporciona um equilíbrio ideal entre controle e eficiência.

Esse posicionamento é reforçado pela comparação com outras soluções mercadológicas apresentadas. Ao analisar a Solução nº 01 - Credenciamento de Instituições Financeiras para Gestão Financeira da Folha de Servidores, observa-se que, embora a diversidade de instituições bancárias possa trazer benefícios à Administração Municipal, a descentralização da folha de pagamento em Paraíba do Sul/RJ, sem a utilização de um banco unificado para alocação de recursos, pode resultar em uma perda potencial de receitas. Esse risco é exacerbado pela incerteza quanto ao sucesso da contratação, uma vez que as instituições interessadas no credenciamento não teriam garantia sobre o volume de caixa a ser movimentado. Além disso, essa dispersão diminui a atratividade para a geração de receita pela Administração Pública.

Para tal análise, torna-se necessário identificar as experiências vivenciadas por outros municípios, conforme expresso nas Pirâmides Salariais e nas Pirâmides de Quantitativo de Servidores, vide o disposto a seguir:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2024 - ITAMBACURI/MG

SERVIDORES ATIVOS					
Descrição Vencimentos		Qtde	Rendimentos Brutos		
Vencimento		1033	R\$	1.873.239,45	
Vencimento pensionista		15	R\$	21.180,00	
Subsidio prefeito		1	R\$	19.219,39	
Subsidio vice prefeito		1	R\$	8.969,05	
Subsidio secretario		9	R\$	53.600,72	
Vencimento aposentados		14	R\$	21.392,43	
Demais gastos diversos (férias, insalubridade, abonos, dobras, 13º salario, gratificações, dentre outros)		xx	R\$	1.154.638,62	
Soma de Ativos			R\$	3.152.239,66	Total Líquido R\$ 2.719.714,18

Faixa Salarial (R\$/mês)	Ativos concursados	Ativos celetistas	Ativos comissionados contratados	Aposentados / pensionistas	Estagiários
Até R\$ 1000	-----	-----	-----	-----	-----
R\$1.000,01 à R\$ 2.000,00	71	-----	252	14	-----
R\$2.000,01 à R\$ 4.000,00	217	-----	399	01	-----
R\$4.000,01 à R\$ 10.000,00	72	-----	43	-----	-----
R\$10.000,01 à R\$ 15.000,00	-----	-----	01	-----	-----
Acima de R\$ 15.000,00	01	-----	02	-----	-----

EDITAL PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 004/2024 - BARRA MANSA/RJ

RESUMO

PIRÂMIDE QUANTITATIVA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO MAIO 2023

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Estatutário	3281
Cargos em Comissão	371
Contratados	1251
Estagiários	402
Aposentados	2149
Pensionistas	511
Total	7965

PIRÂMIDE SALARIAL – VALORES LÍQUIDOS DO MUNICÍPIO MAIO 2023

Faixa Salarial	Estat.	Cargos em Comissão	Contratados	Estagiários	Apos.	Pens.
----------------	--------	--------------------	-------------	-------------	-------	-------

Até R\$1800,00	908	95	605	402	705	364
De R\$1800,01 até R\$3500,00	1750	138	572	0	756	108
De R\$3500,01 até R\$6500,00	489	116	61	0	529	33
De R\$6500,01 até R\$10000,00	97	20	12	0	131	5
Acima de R\$10.000,00	37	2	1	0	28	1
Total	3281	371	1251	402	2149	511

Folha de Pagamento Município Maio 2023

Bruta R\$27.555.067,54

Líquida R\$20.756.956,77

Ao considerar as experiências de outros municípios, como Itambacuri e Barra Mansa, observa-se uma diferença significativa nas previsões de receita. Embora existam variações regionais e demográficas, a centralização adotada por Barra Mansa em uma única instituição financeira resulta em uma margem de retorno financeiro mais robusta. Por exemplo:

O município de Itambacuri prevê uma receita de R\$ 10.000,00, convertida para projetos, para cada instituição financeira credenciada anualmente. Com uma população de 21.042 habitantes, conforme o IBGE, e a relação de servidores especificada no edital publicado, essa abordagem revela-se menos eficiente em termos de retorno financeiro em comparação à centralização.

Supondo que três instituições financeiras tenham se credenciado, Itambacuri arrecadaria anualmente R\$ 30.000,00. Considerando a possibilidade de contratação contínua, conforme os artigos 106 e 107 da legislação pertinente, e projetando essa arrecadação ao longo de cinco anos, o valor total atingiria R\$ 150.000,00.

Embora essa receita seja vantajosa, é interessante analisar o retorno financeiro por servidor. Se o município de Itambacuri, com 1.073 servidores, arrecada anualmente R\$ 30.000,00 com três bancos credenciados, o retorno por servidor seria de aproximadamente R\$ 27,95 ao ano, e de R\$ 139,79 ao longo de cinco anos.

Por outro lado, ao avaliar o resultado obtido pelo município de Barra Mansa, que conta com 7.965 servidores e arrecadou R\$ 7.500.000,00 em receita, é possível identificar um retorno financeiro de aproximadamente R\$ 941,62 por servidor.

Apesar das diferenças populacionais e do volume financeiro movimentado por cada município, é evidente que a Solução nº 04, oferece uma perspectiva de receita mais vantajosa e assertiva quando comparada às demais soluções mercadológicas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar. Para além do comparativo com a Solução nº 01, quando avaliada a Solução nº 02 - Outsourcing Completo da Gestão Financeira e da Folha de Pagamento, por exemplo, é possível identificar o aumento dos gastos públicos do município de Paraíba do Sul/RJ, enquanto a Solução nº 03 - Criação de um Banco Municipal para Gestão Financeira Integrada, embora inovadora, mostra-se irreal para um município de pequeno porte.

Deste modo, considerando todo o exposto, concluímos que a **SOLUÇÃO Nº 04 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES BANCÁRIAS** é a mais vantajosa para o Município de Paraíba do Sul.

Das soluções vinculadas a Lei 14.133, de 2021

Solução nº 1 – Realização de certame licitatório

A licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, segundo o art. 11 da Lei nº 14.133/21. A vantajosidade, contudo, não se confunde com menor preço, mas sim com a obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interesse da Administração.

Para tanto, o art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021, define as modalidades licitatórias, sendo elas:

Art. 28. São modalidades de licitação:

- I - pregão;*
- II - concorrência;*
- III - concurso;*
- IV - leilão;*
- V - diálogo competitivo.*

Em análise a descrição das necessidades da administração pública, trazemos à luz a definição das modalidades licitatórias que, em essência, poderiam permitir o atendimento acerca da possibilidade de uso para a contratação, conforme disposto no art. 6º, incisos XLI e XXXVIII da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

Solução nº 02 - Credenciamento

Há situações em que a licitação não se apresenta como procedimento apto a satisfazer o interesse da Administração em obter o melhor serviço, por ausência de critérios objetivos para escolha do licitante vencedor, ou, ainda, por ausência de definição objetiva do próprio serviço que será executado. Esse é o PARECER n. 00001/2023/CNLCA/CGU/AGU:

Segundo disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/21, além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interesse da Administração. Conforme bem observa Marçal Justen Filho, há situações, por ausência de critérios objetivos para escolha do licitante vencedor, ou, ainda, por ausência de definição objetiva do próprio serviço que será executado, em que a licitação não se apresenta como procedimento apto a satisfazer o interesse da Administração em obter o melhor serviço.

O credenciamento encontra fundamento no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021:

art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

- I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;*
- II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;*
- III - em mercados fluídos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.*

6. Descrição da solução como um todo

Da Definição do Serviço

A Prestação de Serviços de Atividades Bancárias se configura como uma escolha estratégica e eficiente para o município de Paraíba do Sul, oferecendo uma abordagem direta e prática na gestão de suas operações financeiras, o que permite ao município consolidar suas operações de forma prática e direta.

A definição de bens e serviços comuns tem fulcro no art. 6º, XIII, da Lei supracitada:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

A princípio, é possível identificar que a prestação de serviços bancários não se apresenta como uma tarefa simples, demandando uma expertise indiscutível por parte da instituição financeira. Com base nas informações do site Efeito Internet, fonte: <https://www.efeitointernet.com/2023/08/quantos-bancos-tem-no-brasil.html#:~:text=Atualmente%2C%20existem%20195%20institu%C3%A7%C3%B5es%20banc%C3%A1rias%20registradas%20e%20operando,varejo%2C%20bancos%20estrangeiros%20e%20institu%C3%A7%C3%B5es%20financeiras%20de%20nicho>, atualmente existem 195 instituições bancárias registradas e operando no Brasil. Essa vasta quantidade de bancos amplia diretamente a competição no setor e ressalta a necessidade de maiores tecnologias e eficiência na prestação dos serviços.

Destarte, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é regulamentado por órgãos como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (BC), que garantem a estabilidade e a eficiência das instituições financeiras. As regras aplicadas variam conforme o porte e a exposição ao risco de cada instituição, assegurando que tanto grandes bancos quanto aqueles de menor atuação cumpram normas adequadas à sua operação.

Essa padronização facilita a definição clara e objetiva dos serviços bancários que podem ser prestados, permitindo que a Administração Pública especifique de forma simples os requisitos necessários para a contratação. A regulamentação uniforme do setor bancário assegura que os serviços prestados, como a gestão de contas e a movimentação de recursos, sigam padrões de qualidade que podem ser definidos e fiscalizados de forma objetiva, tornando o processo de contratação mais transparente e eficiente, apesar das diferentes regras aplicadas a cada instituição, vide ilustração:





Segmentação em 5 níveis fomenta a competitividade

S1 – bancos de porte igual ou superior a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ou que tenham atividade internacional relevante

S2 – instituições de porte entre 1% e 10% do PIB

S3 – instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB

S4 – instituições de porte inferior a 0,1% do PIB

S5 – instituições de porte inferior a 0,1% do PIB com perfil de risco simplificado

Deste modo, é possível definir o objeto a ser contratado como **SERVIÇO COMUM**.

Do Critério de Julgamento

Assim, entendendo a questão quanto a natureza do serviço e a modalidade indicada para ele, resta identificar o critério de julgamento adequado para a licitação, visto a lacuna jurídica referente ao critério de julgamento para fins de destinação da alocação da folha de pagamento de servidores em instituição financeira exclusiva.

Em conformidade ao definido no tópico "Da Modalidade Licitatória", o pregão, que se destina à contratação de bens e serviços comuns, goza de definição legal quanto ao critério de julgamento a ser utilizado, conforme art. 33 da LF 14.133/2021:

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

Mediante aos critérios de julgamento esmiuçados no diploma legal. É possível identificar que encontra-se inferida a modalidade pregão os critérios de menor preço e maior desconto.

Entretanto, cabe rememorar que o objeto da contratação pretendido, visa gerar receita para a municipalidade, ao contrário dos contratos convencionais de despesa (compras, serviços, obras e serviços de engenharia). Onde a Administração Pública busca desembolsar da forma mais econômica e vantajosa possível, e com isso, a mínima oneração do orçamento público.

Segundo o **Parecer n. 00688/2023/NUCJUR/E-CJU/PATRIMÔNIO/CGU/AGU**, foi identificado pela Advocacia Geral da União, lacuna na Lei nº 14.133/2021, em razão da existência do critério de julgamento de MAIOR OFERTA (licitação que gera receita) apenas para a modalidade Leilão. Vejamos o seguinte:

33. Escapou ao legislador, como se denota, considerando a distinção entre os contratos de despesa e os de receita, o detalhamento das normas procedimentais destinadas às licitações visando ao ingresso de receitas públicas, onde a meta é auferir o maior valor pela destinação do bem.

34. Por conseguinte, se a meta é auferir o maior valor, o critério de julgamento deve viabilizar tal aspecto da contratação.

35. A dificuldade aqui noticiada se repete nas demais modalidades licitatórias, com exceção do leilão.

Contudo, o Leilão é a modalidade licitatória destinada à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo a única modalidade em que se utiliza o critério de julgamento de MAIOR LANCE.

O renomado administrador Marçal Justen Filho pontuou:

Insiste-se em reafirmar, nesse ponto, que a regra do § 8º deve ser interpretada em termos. Nada impede que a Administração produza modalidades inovadoras, inclusive combinando soluções procedimentais, para a promoção de contratos não abrangidos no âmbito específico da Lei nº 8.666. (...)

Também não há impedimento em que sejam adotados procedimentos competitivos próprios a propósito de contratações diretas, em que a Administração sequer estaria obrigada a adotar uma das modalidades licitatórias típicas. (in: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª Edição. Dialética. São Paulo, p. 255)

Levando em consideração a importância da matéria e a sua excepcionalidade, entendo por primordial a transcrição da decisão trazida Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o assunto:

TCU. Consulta nº 030.658/2008-0. Acórdão 3042/2008 – Plenário. Relator Ministro Augusto Nardes. Julgado em 10.12.2008 (...)

9.1.1. o direito de um ente público, no caso o INSS, de contratar instituições financeiras para prestar serviços financeiros necessários à consecução de suas atividades de auto-administração e implementação de ações governamentais, como a gestão da folha de pagamentos previdenciários, pode ser considerado um ativo especial intangível e, nesta condição, pode ser ofertada sua exploração econômico - financeira ao mercado, por meio de licitação. Este bem ou direito não pode ser, no entanto, objeto de alienação;

9.1.2. a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do Pregão, do tipo maior valor ofertado para o objeto mencionado no item anterior, somente seria admissível, em princípio, em caráter excepcional, tendo em vista o relevante interesse público da aplicação deste critério alternativo para o atingimento dos objetivos institucionais do ente público e como mecanismo concretizador do princípio licitatório da seleção da oferta mais vantajosa para a Administração. Tal especificidade deve obrigatoriamente ser motivada e justificada pelo ente público no Processo relativo ao certame, além de ter demonstrada sua viabilidade mercadológica. (...)

O TCE-RJ, por sua vez, já prolatou decisões pelo conhecimento de ajustes decorrentes da modalidade licitatória pregão com critério de julgamento maior oferta ou lance, conforme demonstrados nos processos TCE-RJ nº 107.936-8/15 (sessão de 15.12.2015), 240.599-1/08 (Sessão de 26.03.2013) e 232.517/11 (Sessão de 29.04.2014).

Por conseguinte, o TCE-PR, proferiu decisão acerca do tema no Acórdão nº 1657/23, conforme segue:

*Ora, independentemente da legislação vigente, principalmente se considerado que as previsões referentes ao leilão se mantiveram idênticas tanto na Lei n.º 8.666/93 quanto na Nova Lei de Licitações, e, ainda, tendo-se em vista que ambas são omissas quanto ao **pregão negativo – tanto no sentido de prevê-lo quanto no de vetá-lo –, deve prevalecer, notadamente por força da segurança jurídica a ser resguardada, todo o acima exposto e bem sintetizado pela unidade técnica no seguinte sentido:***

- Há pouca disciplina sobre os contratos que geram receita para a Administração Pública;
- Para os contratos que geram receita, a estruturação do certame adequado e necessário demanda o exercício da analogia.
- A licitação na modalidade **pregão**, com **critério de julgamento na maior oferta ou maior lance**, não constitui utilização de critério de julgamento não previsto por lei, mas, sim, a utilização do critério legalmente estabelecido e plenamente adequado ao objeto do certame, com a utilização do instrumento legal mais especialmente pertinente

para os objetivos da Administração, objetivando conquistar a maior vantagem à Administração no processo de disputa.

- *A adoção do pregão para a concessão de uso de bens públicos se mostra especialmente louvável, porque concretiza os princípios da eficiência, isonomia, impessoalidade, moralidade, dentre outros.*
- *A adoção do critério de julgamento pela maior oferta, em lances sucessivos, é a adequada aplicação da lei ao caso concreto, ajustando-o à natureza do objeto do certame, restando assegurada a escolha da proposta mais vantajosa que, conjuntamente com a isonomia de todos os interessados, constituem as finalidades primeiras de todo procedimento licitatório.*

Assim, seja sob a égide da Lei n.º 10.502/2002 ou da Lei n.º 14.133/2021 – cuja vigência foi postergada para 30/12/2023 –, entendo que a figura do pregão negativo se mantém inalterada e segue nos moldes acima delineados, merecendo por conseguinte a presente consulta resposta pela possibilidade de utilização do pregão negativo nas licitações destinadas a concessão de uso de bens públicos. (grifo próprio)

Deste modo, como se nota, não há no elenco da Lei, a previsão de critério destinado a alcançar o maior valor possível pela exclusividade da folha de pagamento de servidores em instituição financeira para a modalidade pregão. Contudo, tal contexto, demanda interpretação jurídica que propicie conciliar a aplicação das normas gerais de licitação e contratação para o atendimento do objetivo pretendido pelo Município de Paraíba do Sul.

Assim, com fundamento nas decisões proferidas pelas egrégias cortes de contas apresentadas neste ETP, indico o uso do critério de julgamento **MAIOR OFERTA**.

Da Modalidade Licitatória

Por conseguinte, serviços comuns com padrões facilmente definido utilizarão o **PREGÃO** como modalidade licitatória, vide art. 29, da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Outrossim, o município adota por padrão a realização das licitações de forma eletrônica, norteado pelos preceitos do art. 23 do Decreto Municipal nº 2.712/2023, que prevê que:

*Art. 23 As licitações no Poder Executivo Municipal serão realizadas, **preferencialmente**, na forma eletrônica.*

§ 1º Para a realização do pregão e da concorrência na forma eletrônica poderá ser adotada plataforma eletrônica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que mantida a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do § 1º do art. 175, da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, o ecossistema **Compras.gov.br**, que atua como sistema único e integrado para a operacionalização e controle de diversas etapas da compra pública, não possui funcionalidade que permita a realização de pregão eletrônico utilizando o critério de julgamento por maior oferta, inviabilizando o uso da plataforma que atualmente é a adotada pelo Município de Paraíba do Sul.

Destarte, em razão da inviabilidade técnica apresentada pela excepcionalidade da contratação, é possível a realização de licitação na forma presencial pelo Poder Executivo Municipal, vide o § 3º do art. 23 do Decreto Municipal nº 2.712/2023:

§ 3º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa, a realização de licitação na forma presencial, desde que comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica.

Ante o exposto, apresenta-se como mais vantajoso para o município a realização do certame de forma **PRESENCIAL**, em razão das seguintes considerações:

1. Adequação ao Critério de Julgamento: A realização do pregão de forma presencial permite a utilização do critério de julgamento por maior oferta, essencial para maximizar a receita do município, algo que a modalidade eletrônica, dentro das limitações do sistema Compras.gov.br, não pode oferecer.

2. Minimização de Riscos Operacionais: Dada a excepcionalidade da contratação e a inviabilidade técnica de realizar o pregão eletrônico com o critério de maior oferta, a escolha do pregão presencial minimiza os riscos operacionais e jurídicos, assegurando que o processo seja conduzido de forma eficaz e sem prejuízos ao município.
3. Maximização da Receita Municipal: Com a adoção do pregão presencial, o município garante que o processo seja conduzido de maneira a otimizar os resultados financeiros, captando a melhor oferta possível e, consequentemente, maximizando a receita para Paraíba do Sul.

Do Uso do Sistema de Registro de Preço

Como é possível identificar a demanda exata do município, **NÃO SERÁ UTILIZADO O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Da Descrição da Solução Como Um Todo

Serviços Exclusivos

1. Centralização dos serviços de processamento e gerenciamento dos pagamentos referentes às folhas salariais líquidas dos agentes públicos, ativos e inativos, pensionistas e aposentados da Administração Direta e Autarquias do Município de Paraíba do Sul.

Serviços Sem Exclusividade

2. **Conceder aos servidores públicos empréstimos em consignação, com base no art.290, I, da Lei Municipal nº 3.229, de 19 de Novembro de 2015, ou os instrumentos legais que vierem a substituí-la.**

Prazos e Cronograma

Os preparativos para a implantação do sistema de pagamentos e arrecadação do Município pela licitante vencedora ocorrerão em até 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do contrato.

Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

Garantia da Contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Apesar da garantia contratual ter como finalidade assegurar a plena execução da contratação e evitar prejuízos ao erário, este órgão se utilizando de sua discricionariedade não exigirá garantia de execução.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, porque esta entidade contratante não considera essa avaliação imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o que pode ser realizado por meio de fotografias do ambiente.

Da Localidade da Agência

A localização central de uma agência bancária no município de Paraíba do Sul reveste-se de particular importância, sendo fator determinante para a otimização dos serviços prestados tanto à administração pública quanto à comunidade local. Por se tratar de um serviço que demanda proximidade da agência com os servidores, faz-se indispensável o funcionamento da agência em território municipal e central. Tal exigência visa garantir o acesso igualitário a todos os servidores, ativos e inativos, aposentados e pensionistas, assegurando que todos possam realizar suas transações financeiras e solicitar seus atendimentos de forma rápida e sem grandes deslocamentos.

A centralidade da agência facilita sobremaneira o acesso dos servidores públicos, minimizando o tempo de deslocamento e os custos associados, aspectos que são ainda mais críticos para aqueles que residem ou trabalham em áreas mais distantes. A conveniência de uma agência central é crucial para o cumprimento eficiente das obrigações financeiras e para o atendimento de demandas administrativas, promovendo, assim, uma maior eficiência nos processos.

Outro aspecto relevante da localização central da agência é a promoção da inclusão financeira, particularmente em um município onde o acesso a serviços bancários pode ser mais restrito em áreas periféricas. Localidades afastadas afetariam diretamente a

acessibilidade e o atendimento aos servidores, tornando essencial que a agência esteja situada em um ponto central. Ao garantir essa localização, a administração assegura que os serviços financeiros estejam acessíveis a uma maior parcela dos servidores, bem como da população.

Qualificação Econômico - Financeira

A exigência de Qualificação Econômico-Financeira tem a finalidade de garantir a segurança, eficiência e continuidade dos serviços prestados, uma vez que a solidez financeira da instituição bancária é indispensável, especialmente por envolver a gestão de recursos destinados ao pagamento da folha de servidores municipais.

Além disso, a exigência de qualificação econômico-financeira visa garantir a capacidade da instituição de cumprir com o cronograma de receita previsto para o município, proporcionando a Paraíba do Sul uma previsão de caixa que auxiliará diretamente no funcionamento da gestão municipal.

Com isso, a presente exigência se demonstra como eficaz para garantir que a instituição financeira selecionada possua recursos suficientes para suportar eventuais crises e flutuações econômicas, minimizando o risco de interrupção dos serviços, garantindo estabilidade para o município.

Duração Inicial do Contrato

O prazo de vigência inicial da contratação será de 05 (cinco) anos, podendo a Administração prorrogar por até 10 (dez) anos, observando as hipóteses dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

Vale ponderar que, em razão dos entendimentos do TCU, TCE/RJ e TCE/PR, acerca da possibilidade de realização de certame que gere receita para a administração pública.

A administração pública municipal, considerando que a contratação em questão pode eximir a municipalidade de dispêndio financeiro, conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar, torna-se vantajosa a perspectiva de uma contratação pelo período de 60 (sessenta) meses, tendo em vista que uma contratação por maior período, permite uma maximização do ganho de capital, em razão da folha de servidores poder ser enxergada como um "ativo especial intangível", o que se demonstra atraente para potenciais interessados na compra de sua exclusividade.

Data vênua, um contrato de menor duração pode reduzir a atratividade dessa exclusividade, resultando em condições menos vantajosas para a administração pública. Deste modo, em um contexto onde a prestação do serviço não gerará despesa e incluirá uma possível receita aos cofres públicos, o município deve oferecer vantagens que tornem o instrumento de convocação atrativo, sendo uma delas um período de contratação mais extenso.

Além da possível receita, manter a mesma instituição financeira prestando serviços à administração pública se mostra vantajoso, pois promove maior eficiência e economia para a máquina pública. A migração de contas e os procedimentos administrativos associados a uma contratação de apenas 12 (doze) meses podem se tornar custosos e ineficientes, justificando a necessidade de uma contratação com prazo mais longo, que assegure continuidade e estabilidade na prestação dos serviços.

Do Detalhamento do Serviço

O Serviço

- a) O Município encaminhará à Contratada a lista de assinaturas das pessoas autorizadas a ordenar as movimentações financeiras, que são exclusivamente, os ordenadores natos e os designados por atos administrativos, com delegação de competência, observando-se o estabelecido em Regimento Interno (RI) de cada órgão sobre a delegação/atribuição de competência, se solidária ou exclusiva.
- b) Não havendo previsão acerca da delegação/atribuição de competência, fica estabelecido que as movimentações financeiras, serão autorizadas, obrigatoriamente, por duas assinaturas de servidores designados pela Contratante.
- c) Do pagamento aos servidores, ativos, aposentados e pensionistas do Município de Paraíba do Sul e suas autarquias na forma acima mencionada, e da consignação em folha.
- d) O pagamento aos servidores (ativos e inativos) e pensionistas, será efetuado mediante créditos em contas de titularidade dos servidores, pensionistas ou beneficiários de forma contínua, observado o prazo de implementação e de vigência da contratação, devendo a Contratada observar rigorosamente as previsões contidas no Termo de Referência, as normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e demais normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de pessoal.

e) Entende-se por servidor o funcionário público municipal, o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 3.229 de 19 de Novembro de 2015:

Art. 2º. Considera-se servidor público:

I - a pessoa legalmente investida em cargo de provimento efetivo;

II - a pessoa legalmente investida em cargo em comissão de livre provimento e exoneração;

III - a pessoa admitida em caráter temporário, nos moldes do artigo 37, IX, da Constituição Federal.

f) Entende-se por pagamento a servidor (ativo e inativo) e pensionista o pagamento dos vencimentos mensais de acordo com o calendário estipulado pelo Município, mas também o pagamento de suplementos ou ainda de quaisquer outros complementos.

g) A Instituição Financeira deverá assegurar, sem ônus para o Município, a servidores (ativos e inativos) e pensionistas, de forma contínua durante o prazo de implementação e de contratação, a transferência dos créditos para a conta de depósitos de titularidade destes, por eles livremente abertas, mesmo que em outras instituições financeiras, observadas rigorosamente as previsões contidas no Termo de Referência e demais documentos referentes ao certame, bem como as normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e demais normativos estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de pessoal;

Float

O tempo de permanência dos recursos mantidos ou depositados na instituição financeira vencedora, float, será:

- a) De até 48 (quarenta e oito horas) para o pagamento a servidores (ativos e inativos) e pensionistas do Município;
- b) Não haverá float para os demais serviços financeiros que eventualmente sejam prestados ao Município;

Da Conta Centralizadora do Município

O Contratante ficará responsável pela administração dos recursos da Conta Centralizadora do Município.

A Contratada deverá, se responsabilizar pelo que segue:

1. Os rendimentos auferidos na conta centralizadora até o prazo estabelecido para o floating, deverão permanecer na Conta Corrente ou serem transferidos para uma conta indicada pela administração pública;
2. Após o prazo de floating, a contratada deverá transferir, via Transferência Eletrônica de Dados (TED) ou por meio de pagamento instantâneo, participante do arranjo de pagamento PIX, o pagamento dos servidores em consonância com o relatório gerado pela administração direta, SEM QUALQUER ÔNUS para o Município.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Da Análise do Quantitativo a ser Utilizado

Em 2019, foi firmado o Contrato nº 071/2019, a partir do Pregão Presencial nº 059/2019, pelo qual o Itaú Unibanco S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-40, se sagrou vencedor e ficou obrigado a transferir a importância de **R\$ 800.005,00 (oitocentos mil e cinco reais)** aos cofres do Município de Paraíba do Sul, pela exclusividade dos serviços públicos de pagamento de vencimentos, salários, proventos, pensões e similares dos servidores da administração municipal de Paraíba do Sul/RJ.



Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul
Processo Administrativo nº 2019/5/4539
Processo Licitatório nº 065/2019
Pregão Presencial nº 059/2019



CONTRATO Nº 071/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019

Pelo presente Contrato Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL/RJ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob número 29.138.385/0001-30, estabelecida na Rua Visconde da Paraíba, nº 11, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Alessandro Cronge Bouzada, brasileiro, casado, Médico, residente à Rua Vivenda do Sol, nº 150, Bairro Palhas, nesta cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, portador do CPF n.º 030.874.146-38 e da Cédula de Identidade n.º RG 44552 - CBMERJ, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado a empresa **ITAÚ UNIBANCO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, com sede e

Desde então, o município administra sua folha de servidores, que atualmente conta com 2.044 profissionais, na instituição financeira Itaú Unibanco S/A, sem qualquer dificuldade ou prejuízo no acompanhamento da execução, bem como na qualidade do serviço prestado, sendo considerada uma excelente solução ao longo dos 60 (sessenta) meses de contrato.

De acordo com o levantamento de mercado, a melhor solução indicada para a contratação é a prestação de serviços bancários de forma centralizada. A unificação da financeira que presta o serviço não comprometeu o funcionamento ao longo dos 05 (cinco) anos de contrato. Assim, apesar do aumento no número de servidores vinculados à gestão pública municipal e da inclusão das autarquias no objeto de contratação, a solução anteriormente adotada continua a ser eficiente.

Em consonância com o adotado por Paraíba do Sul/RJ anteriormente, a decisão sobre o quantitativo foi baseada na estrutura apresentada por outros municípios que dispõem de um número maior de habitantes e uma estrutura administrativa mais robusta, como é o caso da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ, que adotou a contratação com a exclusividade para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha salarial, conforme disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/28909604000174/2024/40>.

Sendo assim, segue a definição dos quantitativos estimados:

Item	Qtade	Unid.	Descrição	CATSER	ID do Item no PCA
01	01	UN	Contratação de Instituição Financeira para a prestação de serviços de atividades bancárias, com exclusividade de crédito da folha de pagamento de servidores ativos, inativos, inativos e pensionistas e aposentados da administração direta, indireta e autarquias da Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul.	21857	800

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.307.476,90

Para estimar o valor destinado a contratação, foi realizado levantamento do Município de Paraíba do Sul e sua autarquia, conforme disposto a seguir:

Município de Paraíba do Sul/ RJ

Faixa Salarial	Prefeitura	Previsul		
	Servidores	Aposentados	Pensionistas	Servidores

Até R\$ 1.412,00	543	53	36	02
De R\$ 1.412,01 até R\$ 2.666,68	657	132	46	05
De R\$ 2.666,69 até R\$ 4.000,03	745	108	21	04
De R\$ 4.000,64 até R\$ 7.786,02	83	263	08	02
Acima de R\$ 7.786,03	16	06	0	0

Folha de Servidores Ago/2024

Folha Mensal	Vl. Bruto
Prefeitura	R\$ 7.477.469,15
Previsul	R\$ 2.345.691,94
Total	R\$ 9.823.161,09

Por conseguinte, avaliamos as propostas de exclusividade da folha de pagamento de servidores em instituição financeira de outros municípios com soluções semelhantes a adotada pela municipalidade, organizadas em pirâmide de valores, para determinar o valor da proposta inicial justa para o Município de Paraíba do Sul, conforme apresentado a seguir:

Município Pesquisado	Valor Mínimo	Valor Bruto da Folha	Nº de Funcionários	Valor Médio por Funcionário
São Pedro da Aldeia/ RJ	R\$ 9.410.634,21	R\$ 17.606.425,10	5949	R\$ 1.581,88
Barra Mansa/ RJ	R\$7.500.000,00	R\$ 27.555.067,54	7965	R\$ 941,61
Pontalinda/SP	R\$ 400.000,00	R\$ 1.389.074,62	360	R\$ 1.111,11

Média dos Preços: R\$ 1.211,53

Detalhamento da proposta inicial para o Município de Paraíba do Sul

Nº de Funcionários do Municipal de Paraíba do Sul (ago/2024)	2730
Valor Médio por Funcionário	R\$ 1.211,53
Valor do Lance Mínimo para o Município de Paraíba do Sul	R\$ 3.307.476,90

Desse modo, com base na análise das práticas de outros municípios, estima-se para o Município de Paraíba do Sul/RJ um lance mínimo no valor de R\$ 3.307.476,90 (três milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa centavos) de receita para os cofres públicos municipais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme determinado pela alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, § 1º, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotamos o parcelamento do objeto como prática padrão. Essa medida garante a economicidade e ampliação da competitividade, conforme exigido pela legislação. Todavia, o objeto apresentado no presente ETP é único, portanto, **NÃO HÁ VIABILIDADE DE PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO** para a contratação de instituição financeira para prestação de serviços de atividades bancárias com exclusividade da folha de pagamento de servidores.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar está alinhado com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, acessível por meio do link: <https://pncp.gov.br/app/pca/42498600000171/2024/65>, conforme **Identificador de Contratação Futura: 985873-137/2024**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Geração de receita adicional estimada de 3.307.476,90 (três milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa centavos;

Possibilidade de implementação de novos projetos ou redirecionamento para custeio de projetos já existentes;

Economicidade e ganho com a economia processual;

Melhor gerência financeira dos recursos públicos municipais;

Melhor uso dos recursos públicos;

Maior conveniência e facilidade para os servidores no que pese o relacionamento com o sistema bancário com a padronização de procedimentos em uma única instituição bancária.

13. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação, não há necessidade de serem adotadas providências pela Administração municipal previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais na presente contratação, não sendo necessário adotar qualquer tipo de ação por parte da Administração Pública e do Contratado.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Deste modo, conclui-se que a realização de PREGÃO na modalidade MAIOR LANCE, para a contratação de instituição financeira para promover a centralização dos recursos direcionados a folha de servidores do Município de Paraíba do Sul, sendo esta a solução mais adequada para a finalidade que se pretende e viável de forma técnica, socioeconômica e socioambiental.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS SEIXAS CABRAL

Secretário Municipal de Planejamento e Fazenda

GABRIEL LISBOA FERREIRA DIAS

Subsecretário Municipal de Administração, Compras e Licitações